



## ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2009



A FRASE DO DIA

“O primeiro-ministro rapidamente se calará [sobre o TGV] como se calou com os casamentos dos homossexuais.”

— Pacheco Pereira, cabeça de lista do PSD Porto

# PS e PSD aceitam reeditar pacto para a reforma da Justiça

O ministro da Justiça quer “tirar partido” das recomendações do Observatório da Justiça que sugere mudança na prisão preventiva e segredo de Justiça.

Susana Represas  
e Catarina Madeira  
susana.represas@economico.pt

O PS e o PSD não rejeitam à partida que a Justiça dê lugar a um novo “pacto de regime”. O Governo prefere não comentar, mas o Ministério da Justiça já admitiu “tirar partido” das recomendações do Observatório da Justiça, que esta semana apontou várias críticas à reforma penal aprovada em 2007 pelos dois maiores partidos.

José Pedro Aguiar Branco não rejeita um novo pacto, e em declarações ao Diário Económico, o vice-presidente do PSD lembrou que, como ministro da Justiça de Durão Barroso, propôs um pacto para o sector, uma área onde considera ter “havido possibilidade de encontrar pontos de convergência entre as forças políticas, todas elas”. Sem rejeitar a ideia de retomar o acordo entre PS e PSD, rompido quando Luis Filipe Meunier assumiu a liderança do partido, Aguiar Branco disse acreditar que, se os social-democratas formarem Governo, conseguirá “o maior consenso possível”. Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada socialista, também admitiu a “disponibilidade do PS” para um novo entendimento e acrescenta que os dois partidos “podem voltar a sentar-se” e discutir essa hipótese. No entanto, o deputado considera que “ainda é cedo” e recorda que “o PSD rompeu o anterior acordo”, estabelecido em 2006.

O tema foi relançado no início da semana depois de o Observatório Permanente de Justiça (OPJ), dirigido por Boaventura Sousa Santos, ter antecipado algumas conclusões da avaliação da reforma penal. O especialista revelou um balanço negativo das alterações implementadas em Setembro de 2007, e considerou que são necessárias alterações “cirúrgicas”.

Mas nem todos querem ouvir falar em pactos, e o sector não esquece que as conclusões e as críticas reveladas pelo relatório são o resultado de um entendimento partidário. António Martins, da Associação Sindical dos Juizes

### AS PROPOSTAS



O PS quer uma Justiça mais célere prevendo associar consequências ao incumprimento injustificado dos prazos, como a redução das custas judiciais. O PS sugere ainda a criação de mecanismos alternativos de resolução de litígios em matéria fiscal. E defendem ainda a criação de equipas mistas de intervenção rápida e mecanismos que evitem a reincidência na prática de crimes.



O PSD no seu programa eleitoral defende uma maior eficácia da justiça que passa por rever o regime da litigância de má fé. O PSD quer ainda reformar o processo civil, criar juízos de execução, centros de arbitragem em todas as comarcas e acelerar o funcionamento do processo executivo. O principal partido da oposição pretende ainda codificar e actualizar os crimes económicos, tributários.

### MUDANÇAS NECESSÁRIAS

- Alteração das regras da prisão preventiva.
- Alteração dos prazos de inquérito.
- Alteração das regras do segredo de Justiça.

Portugueses sublinha isso mesmo “a actual reforma é o resultado de um pacto”. Dos magistrados do Ministério Público, a mesma reacção: “Acho duvidoso que seja viável um novo pacto”, até porque, lembra João Palma, “o anterior acabou por ser interrompido e os resultados não são positivos”. No entanto, Palma reconhece que a Justiça merece “consensos mais alargados”, e lamenta que a maioria absoluta tenha sido “uma oportunidade desperdiçada de fazer as reformas que a Justiça precisa”. Em jeito de balanço, o presidente do Sindicato lança duras críticas ao actual Executivo: “A Justiça piorou bastante, o cidadão dirá que a morosidade ainda é um problema, a Justiça ficou mais cara, nada melhorou, é uma frustração enorme”. Para rematar o responsável diz que “os magistrados foram ofendidos e diminuídos”.

Em tom mais ameno, o desembargador Eurico Reis sublinha que o OPJ também tem alguma responsabilidade nas alterações aos códigos penais, bem como a Unidade de Missão para a reforma, que foi coordenada pelo actual Ministro da Administração Interna Rui Pereira. No entanto, o juiz considera que o a reforma “não precisa de ajustes, mas sim de um código novo”, e reconhece que “se o relatório fosse publicado podia influenciar a campanha, e a Justiça é uma questão estrutural, tem de ser discutida de forma séria e rigorosa”.

O ministro da Justiça garantiu que pretende “tirar partido” das recomendações feitas pelo OPJ sobre a reforma penal e explicou que ainda não o fez porque as observações são “abstractas”. “Nós queremos realmente tirar partido das recomendações e fazer os aperfeiçoamentos que se justificam, porque sempre dissemos que a reforma penal, a revisão dos Códigos, se destinava a vigorar durante um período de dois anos e a ser acompanhada, a ser monitorizada, e as deficiências, ou aquilo que tivesse de ser beneficiado, queríamos introduzir e propor essas melhorias à Assembleia da República”, disse Alberto Costa. ■



Ricardo Rodrigues  
Vice-presidente da bancada socialista

“O PS é por tradição um partido dialogante e gosta de entendimentos. Mas a última vez eles acabaram por romper. É cedo para isso, mas estamos disponíveis, e esperamos que não rompam da próxima vez...”



José Pedro Aguiar Branco  
Vice-presidente do PSD

O vice-presidente do PSD lembrou que, como ministro da Justiça propôs um pacto para o sector. Sem rejeitar a ideia de retomar o pacto entre PS e PSD, disse acreditar que, se os social-democratas formarem Governo, conseguirá “o maior consenso possível”.



João Palma  
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

“Esta legislatura foi uma oportunidade perdida, foi uma maioria absoluta desperdiçada. A Justiça piorou bastante, o cidadão dirá que a morosidade ainda é um problema, a Justiça ficou mais cara, é uma frustração enorme”.

Justiça esteve ontem no Centro de Estudos Judiciários, na abertura oficial de mais um curso de magistrados



## Dois anos

Nem o apoio inicial do PSD trava as críticas gerais às novas leis penais.

Susana Represas  
susana.represas@economico.pt

O relatório que faz a avaliação final da reforma penal de 2007 vai ser tornado público três dias depois das eleições legislativas, altura em que o país estará concentrado na discussão do próximo Governo — não só de eventuais coligações de poder, mas também das caras que serão propostas para cada pasta.

Sem esperar pelo prometido dia 30 de Setembro, o director do Observatório Permanente de

A coincidência de agendas das caravanas do PSD e PS acabou em incidente. Pacheco Pereira acusou os socialistas de marcação cerrada. Lação responde com a adesão à arruada.

O projecto de Alta Velocidade continua a dominar quase por completo a agenda da campanha eleitoral, deixando para segundo plano outras áreas de combate político.

Depois de José Sócrates, foi Ferreira Leite quem passou o teste dos Gato Fedorento. A política portuguesa entrou no mundo do humor com elegância, permitindo desanuviar a campanha.

#### AGENDA DO DIA

- José Sócrates começa o dia no Barreiro, terminando com um comício em Setúbal.
- Ferreira Leite passa pelo Cadaval, Lourinhã e Lisboa.
- Jerónimo de Sousa passa por Alcobça e faz comício em Coimbra.
- Portas vai aos Gato Fedorento.



#### QUATRO PERGUNTAS A...



ANTÓNIO MARTINS

Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses

#### "Governo fez manobra para não divulgar relatório"

O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses não poupa nas críticas. Faz um balanço negativo da legislatura, condena o Governo por não divulgar o relatório e nem quer ouvir falar num novo acordo partidário para a Justiça, porque os resultados do pacto de 2006, "estão à vista", ironiza António Martins.

#### As primeiras conclusões do Observatório Permanente de Justiça revelam que é urgente alterar as leis penais em vigor?

Sim, mas juridicamente não pode haver alterações agora, essa é uma competência da Assembleia da República, que agora não está em funções. Coloco é outra questão, as alterações entraram em vigor em 2007, só se esperou dois anos por teimosia. Muitas das asneiras desta revisão legislativa foram visíveis pouco tempo depois, até o PGR criticou as alterações. Aliás, por isso é que o Governo não divulgou o relatório em Julho, arranjou uma manobra para que o resultado da avaliação desta reforma só fosse conhecido depois das eleições.

#### Acha que o Ministério da Justiça devia divulgar as primeiras conclusões, mesmo antes de ser conhecido o relatório final?

Numa sociedade democrática e transparente não se pode usar dinheiros públicos para estudos que depois ficam na gaveta quando não dão jeito.

#### É favorável a um novo pacto de regime sobre esta matéria?

Mas esta reforma, em vigor desde Setembro de 2007, já é o resultado de um pacto entre o PS e o PSD, aliás, o maior partido da oposição também aprovou estas alterações e o resultado é o que está à vista. Se há mais um pacto "you aii e já venho".

#### Que balanço faz desta legislatura?

A Justiça foi muito mal tratada, o que é possível dizer é que o balanço é muito negativo. ■

## de críticas insistentes à

Justiça decidiu antecipar algumas das conclusões do relatório, sobretudo no que respeita aos factores críticos identificados nas leis penais, aprovadas pelo Parlamento em 2007.

Em declarações à Lusa, Boaventura Sousa Santos admitiu ter detectado "inconsistências" nos documentos. E, sem surpresa, apontou como evidente a necessidade de mudar os pontos mais polémicos da reforma: as regras do segredo de Justiça e da prisão preventiva.

As palavras do especialista marcaram o dia de ontem, mas passaram dois anos sob rigoroso escrutínio. É que, logo quando entraram em vigor os

novos códigos, Penal e Processo Penal, o sector da Justiça reagiu em peso aos documentos e até à sua apressada entrada em vigor. A oposição, mesmo o PSD (que votou ao lado do PS no Parlamento) logo pediu alterações aos documentos. Mas o PS deixou claro que quaisquer mudanças só poderiam acontecer quando houvesse tempo para analisar as suas consequências no terreno. Agora, é já certo: elas só poderão ser discutidas na próxima legislatura.

#### Crimes sem preventiva

"Os problemas que detectámos estão identificados, alguns têm

a ver com a prisão preventiva ou com a pequena criminalidade, onde há inconsistências na lei, como o facto de uma pessoa poder cometer pequenos delitos sucessivamente sem poder ser posta em prisão preventiva", disse Boaventura Sousa Santos.

Para o director do Observatório, as leis tiveram uma entrada em vigor "muito rápida que acabam por ter efeitos perversos". E nem o tempo ajudou a consolidar um resultado global positivo. É que, se o sociólogo reconhece até que "houve melhorias", sublinha que estas que acabam por não ser muito significativas, porque a Justiça continua a ser "lenta e cara". ■

#### TRÊS PASSOS DO ESTUDO

● O Ministério da Justiça assinou um contrato com o Observatório Permanente da Justiça para monitorizar os novos Códigos Penal e de Processo Penal, em vigor desde Setembro de 2007.

● O contrato prevê a realização de três relatórios semestrais. O primeiro foi apresentado em Maio de 2008.

● O segundo relatório intercalar foi divulgado em Dezembro de 2008 e o terceiro esteve agendado para Maio de 2009, mas será apresentado no fim do mês.